

JCA-5 - Patrimônio e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

JCA-5 - Patrimônio e Participações S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| ATIVO | | | | PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | |
|--|-------|---------------|---------------|--|-------|---------------|---------------|
| | Notas | 31/12/2023 | 31/12/2022 | | Notas | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| CIRCULANTES | | | | CIRCULANTES | | | |
| Caixa e equivalentes de Caixa | 4 | 4 | 3 | Obrigações fiscais | | 7 | 3 |
| Aplicação financeira | 5 | 46 | 14.328 | Imposto de renda e contribuição social | | 1 | 42 |
| Impostos a recuperar | 6 | 1.295 | 944 | Total dos passivos circulantes | | 8 | 45 |
| Estoques | 7 | 15.428 | 15.428 | NÃO CIRCULANTES | | | |
| Contas a receber com partes relacionadas | 8 | 14.804 | 4.385 | Outras contas a pagar | 9 | 29.367 | 29.368 |
| Total dos ativos circulantes | | 31.577 | 35.088 | Total dos passivos não circulantes | | 29.367 | 29.368 |
| | | | | PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | |
| | | | | Capital social | 11 | 925 | 24.036 |
| | | | | Reserva de lucros | | 64 | - |
| | | | | Lucros / (Prejuízos) acumulados | | 1.213 | (18.361) |
| | | | | Total do patrimônio líquido | | 2.202 | 5.675 |
| TOTAL DOS ATIVOS | | 31.577 | 35.088 | TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 31.577 | 35.088 |

JCA-5 - Patrimônio e Participações S.A.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | <u>Notas</u> | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|---|--------------|-------------------|-------------------|
| DESPESAS OPERACIONAIS | | | |
| Despesas administrativas e gerais | 12 | (786) | (813) |
| PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO | | (786) | (813) |
| Resultado financeiro líquido | 13 | 2.282 | 2.322 |
| Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social | | 1.496 | 1.509 |
| IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | 14 | (219) | (593) |
| LUCRO DO EXERCÍCIO | | 1.277 | 916 |

JCA-5 - Patrimônio e Participações S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|--|---------------------|-------------------|
| PREJUÍZO DO EXERCÍCIO | 1.277 | 916 |
| Outros resultados abrangentes | - | - |
| RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO | <u>1.277</u> | <u>916</u> |

JCA-5 - Patrimônio e Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | | <u>Capital social</u> | <u>Reserva de lucros</u> | <u>Lucros acumulados</u> | <u>Total do patrimônio líquido</u> |
|---|----|-----------------------|--------------------------|--------------------------|------------------------------------|
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 | | 24.036 | - | (19.277) | 4.759 |
| Lucro do exercício | | - | - | 916 | 916 |
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 | | 24.036 | - | (18.361) | 5.675 |
| Redução por absorção de prejuízo | 11 | (18.361) | - | 18.361 | - |
| Redução de Capital | 11 | (4.750) | - | - | (4.750) |
| Reserva legal | 11 | | 64 | (64) | - |
| Lucro do exercício | | - | - | 1.277 | 1.277 |
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 | | 925 | 64 | 1.213 | 2.202 |

JCA-5 - Patrimônio e Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|----------------|----------------|
| Prejuízo do exercício | 1.496 | 1.509 |
| Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa líquido | | |
| Redução (aumento) nos ativos operacionais: | | |
| Estoque | - | (336) |
| Impostos a recuperar | (351) | (300) |
| Outros créditos | (10.419) | (4.385) |
| (Redução) aumento nos passivos operacionais: | | |
| Fornecedores | - | (4) |
| Obrigações tributárias | 4 | (2) |
| Imposto de renda e contribuição social | (41) | (67) |
| Caixa aplicado nas atividades operacionais | (9.312) | (3.585) |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | (219) | (593) |
| Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais | (9.531) | (4.178) |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | | |
| Aplicações financeiras | 14.282 | 4.180 |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento | 14.282 | 4.180 |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | | |
| Redução por absorção de prejuízo | 18.361 | - |
| Redução de capital | (23.111) | - |
| Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento | (4.750) | - |
| AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | 1 | 2 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 3 | 1 |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício | 4 | 3 |
| AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | 1 | 2 |

1. Contexto operacional

A JCA-5 - Patrimônio e Participações S.A (“JCA-5” ou “Companhia”), foi constituída em 07 de julho de 2006, está domiciliada em Rio de Janeiro, tendo seu escritório localizado na Rua Victor Civita, 77, Bloco 1, Sala 602, Barra da Tijuca.

Para atender os propósitos societários, a Companhia tem por objeto social a prática das seguintes atividades: a) Participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista, independente da sua atividade, b) Administração de bens próprios; c) Compra e venda de imóveis próprios; e d) Incorporação imobiliária. O prazo de duração da sociedade é indeterminado.

A Autonomy Investimentos Ltda., no exercício de 2006, adquiriu um terreno localizado na região da Barra da Tijuca na cidade do Rio de Janeiro o qual será destinado para a construção de um complexo multiuso de aproximadamente 201.430 m2.

No exercício de 2007 este terreno foi objeto de integralização na controlada JCA-5 Patrimônio e Participações S.A., entidade responsável por desenvolver o empreendimento.

Em dezembro de 2010 a Companhia firmou um contrato no qual parte do terreno foi objeto de promessa de permuta mediante a entrega de uma área construída privativa mínima de 30% da área total privativa do empreendimento a ser realizado por uma empresa de incorporação imobiliária.

Em 2011 e 2012 foram efetuadas novas propostas para o empreendimento e as matrículas foram desmembradas e lembradas novamente com metragens diferentes.

Uma permuta foi realizada em abril de 2013 com a matrícula 1 onde um empreendimento de lajes corporativas está sendo desenvolvido em 30% do terreno desta matrícula e em troca o parceiro está parado devido à problemas financeiros do parceiro de negócios e existe um processo em andamento contra a seguradora para que a JCA-5 receba o valor do seguro para continuar a obra.

Em agosto de 2018 a Companhia receber R\$ 29.368 referente a parte não reclamada do processo de seguro de obra.

Em dezembro de 2021, por meio de sucessão quotas, a JCA-5, transferiu para a Empresa Encke Empreendimentos Imobiliários Ltda., através de uma cisão parcial, o projeto CERJ localizado no Rio de Janeiro. Os valores cindidos correspondem aos 3 lotes de terrenos do “CERJ”, denominação atribuída aos Lotes 2, 3 e 4 do PAL 48002, todos situados na Avenida Embaixador Abelardo Bueno, freguesia de Jacarepaguá na Capital do Estado do Rio de Janeiro.

2. Base de preparação das demonstrações financeiras

1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards

Board - IASB”.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando mencionado ao contrário, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Sociedade são mensuradas usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade atua (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras da Sociedade foram elaboradas tendo como moeda funcional e de apresentação o real (R\$).

4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”) requer que a Administração da Sociedade se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, os passivos, as receitas e as despesas. As principais estimativas contábeis referem-se à vida útil dos bens do ativo imobilizado, das propriedades para investimento e dos itens do intangível e à constituição da provisão para riscos legais. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. A Sociedade revisa suas estimativas e premissas anualmente.

3. Principais práticas contábeis

A Sociedade observa o princípio contábil da competência para o registro de suas transações, combinado ainda com os seguintes aspectos:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Representados por contas bancárias disponíveis. Os equivalentes de caixa são investimentos com vencimento inferior a três meses a contar da data de contratação, constituídos de títulos de alta liquidez conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor. Os saldos estão demonstrados ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício. Estão representadas nas Notas Explicativas nº 4.

b) Aplicação financeira

As aplicações financeiras registradas no ativo circulante são instrumentos financeiros avaliados ao valor justo pelo resultado.

c) Estoques

Representadas por terrenos e edifícios mantidos para venda futura no curso normal das suas atividades, as propriedades foram registradas ao valor de custo; porém, conforme determinado pela IAS 2, foi realizada para fins de divulgação a avaliação ao valor justo por

meio de avaliação efetuada por uma entidade especializada independente.

d) Receita

As receitas, os custos e as despesas são reconhecidos de acordo com o regime de competência. A receita de aluguéis é reconhecida de forma linear com base no prazo dos contratos de acordo com o pronunciamento contábil nº 6 e normas internacionais de relatório financeiro 16 (“IFRS 16”) - Arrendamentos, levando em consideração o reajuste contratual. Outras receitas relacionadas aos contratos de aluguéis têm o mesmo tratamento contábil.

e) Redução ao valor recuperável (“Impairment”)

As propriedades para investimento, os bens do imobilizado e do intangível são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, nesse caso definido pelo valor em uso do ativo, utilizando a metodologia de fluxo de caixa descontado, essa perda é reconhecida no resultado do exercício. Para o exercício findo em dezembro de 2023 não identificamos indícios de provisão para redução ao valor recuperável para as propriedades para investimento.

f) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Sociedade for parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

- **Ativos financeiros**

Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

- **Classificação de ativos financeiros**

A Sociedade deve classificar ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao (1) custo amortizado, ao (2) valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao (3) valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

- Custo amortizado

O ativo financeiro deve ser mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- (a) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- (b) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- (a) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- (b) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

- Valor justo por meio do resultado

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, a entidade pode efetuar uma escolha irrevogável no reconhecimento inicial para investimentos específicos em instrumento patrimonial, que de outro modo seriam mensurados ao valor justo por meio do resultado, de apresentar alterações subsequentes no valor justo em outros resultados abrangentes.

- Passivos financeiros

A Sociedade deve classificar todos os passivos financeiros como mensurados subsequentemente ao custo amortizado, exceto por:

- (a) passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Esses passivos, incluindo derivativos que sejam passivos, devem ser mensurados subsequentemente ao valor justo;
- (b) passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para desreconhecimento ou quando a abordagem do envolvimento contínuo for aplicável;
- (c) contratos de garantia financeira;
- (d) compromissos de conceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado;
- (e) a contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios à qual se aplica o CPC 15. Essa contraprestação contingente deve ser mensurada subsequentemente ao valor justo com as alterações reconhecidas no resultado.

Reconhecidos na data de negociação e inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são adicionados ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, conforme o

caso, no seu reconhecimento inicial. Os custos diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

g) Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

O regime de tributação adotado foi com base no lucro presumido. A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada à razão de 32% sobre as receitas brutas provenientes da prestação de serviços e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

No caso da Sociedade, o imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias nas datas de encerramento dos exercícios entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Sociedade apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

h) Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos

Ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o Ajuste a Valor Presente (AVP) é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

3.1. Normas contábeis novas e alteradas em vigor no exercício corrente

No exercício corrente as normas abaixo relacionadas são obrigatoriamente válidas para o período contábil que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2023. A sua adoção não teve nenhum impacto material nas demonstrações financeiras.

| Pronunciamento | Descrição | Aplicável a períodos anuais com início em ou após |
|--|---|--|
| Alterações à IFRS 17 | Contratos de Seguros | 01/01/2023 |
| Alterações à IAS 1 - IFRS Declarações das Práticas Contábeis 2 | Divulgação de Políticas Contábeis | 01/01/2023 |
| Alterações à IAS 8 | Definição de Estimativas Contábeis | 01/01/2023 |
| Alterações à IAS 12 | Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de Única Transação | 01/01/2023 |

3.2. Normas contábeis novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

Embora a adoção antecipada seja permitida, a Companhia não adotou as normas novas e abaixo relacionadas:

| Pronunciamento | Descrição | Aplicável a períodos anuais com início em ou após |
|--|---|--|
| IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (alterações) | Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture | Sem definição |
| Alterações à IAS 1 | Classificação do Passivo com Circulante ou Não Circulante | 01/01/2024 |
| Alterações à IAS 1 | Passivo Não Circulante com Covenants | 01/01/2024 |
| Alterações à IAS 7 | Acordos de Financiamento de Fornecedores | 01/01/2024 |
| Alterações à IFRS 16 | Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback" | 01/01/2024 |

A Administração entende que essas normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

A tabela a seguir, compreende os valores referem-se a disponibilidades mantidas pela Sociedade, que serão utilizadas para liquidar os compromissos de curto prazo.

| Descrição | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|------------------|-------------------|-------------------|
| Bancos | 4 | 3 |
| Total | 4 | 3 |

5. Aplicação financeira

| Descrição | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|------------------|-------------------|-------------------|
| Itaú Unibanco | 46 | 14.328 |
| Total | 46 | 14.328 |

Os valores de bancos e aplicações financeiras referem-se à disponibilidades mantidas pela Companhia que serão utilizadas para liquidar os compromissos de curto, motivo pelo qual a Companhia classifica como caixa e equivalentes de caixa. A aplicação financeira da Companhia é de liquidação imediata no Fundo de Investimento Itaú Corp Plus Referenciado DI FICFI, que apresentou uma rentabilidade bruta de 13,89% em 2023 (12,35% em 2022).

6. Imposto a recuperar

Os saldos dos impostos a recuperar estão apresentados na tabela abaixo:

| Descrição | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---------------------------------|--------------|------------|
| IRPJ e CSLL anos anteriores | 747 | 631 |
| IRRF sobre aplicação financeira | 434 | 201 |
| Outros impostos a recuperar | 114 | 112 |
| Total | 1.295 | 944 |

7. Estoques

Por haver intenção de venda por parte da Administração, a Sociedade mantém seus ativos como estoques. Os estoques em 31 de dezembro 2023 e 2022 estão sendo demonstrados abaixo:

| | 31/12/2022 | (+) Aquisição | (-) Baixa | 31/12/2023 |
|-------------------------------------|---------------|---------------|-----------|---------------|
| Unidades imobiliárias em construção | 15.428 | - | - | 15.428 |
| Total | 15.428 | - | - | 15.428 |

8. Contas a receber com partes relacionadas

A Companhia mantém transações com partes relacionadas, as quais foram efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros ou pelo mercado, vigentes nas datas das operações.

| Descrição | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---------------|--------------|
| Encke Empreendimentos Imobiliários Ltda | 6.340 | 4.385 |
| Ponswincke Empreendimentos e Participações S.A. | 8.464 | - |
| Total | 14.804 | 4.385 |

9. Outras contas a pagar

Em agosto de 2018 a Companhia recebeu R\$ 29.368 referente a parte não reclamada do seguro de obra. O saldo é mantido no passivo até sua realização que se dará quando a Companhia realizar benfeitorias no imóvel

| Descrição | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|-----------------------|---------------|---------------|
| Garantias contratuais | 29.367 | 29.368 |
| Total | 29.367 | 29.368 |

10. Provisão de riscos judiciais

A Companhia em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, não tem conhecimento de ser parte em algum processo de natureza tributária, cível, ambiental e trabalhista nem em outros processos administrativos.

11. Patrimônio líquido

11.1. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 925 divididos em 652.121 (seiscentas e cinquenta e duas mil e cento e vinte e uma) ações ordinárias nominativas (R\$ 24.036 em 31 de dezembro de 2022).

Em 10 de Janeiro de 2023 os acionistas realizaram uma assembleia geral extraordinária, onde definiram a redução do Capital social dos quais: (a) R\$ 18.361 foi absorvido de Prejuízo acumulado de períodos anteriores e (b) R\$ 4.750 de cancelamento de 3.348.738 (três milhões, trezentos e quarenta e oito mil, setecentos e trinta e oito) de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, subscritas e integralizadas, por julgarem os acionistas que a parcela do capital social é excessiva em relação as atividades desempenhadas pela Companhia.

11.2. Destinação dos lucros

O lucro líquido do exercício, após compensação de prejuízos acumulados, terá a seguinte destinação, conforme determina a lei 6.404/76 e/ou estatuto social:

- (i) 5% para reserva legal, até atingir o montante de 20% do capital social;
- (ii) Dividendos mínimos obrigatórios de 1% sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente;
- (iii) O saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício, após atendidas as disposições legais, poderá ser retido ou distribuído, de acordo com a decisão dos acionistas e/ou a lei 6.404/76.
- (iv) Em dezembro de 2023 a Companhia está apresentando lucros acumulados de R\$ 1.213 líquido da reserva legal (Em dezembro de 2022 apresenta prejuízo acumulado de R\$ 18.361).

12. Despesas administrativas e gerais

| Descrição | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|--------------------------|--------------|--------------|
| Prestação de serviços PJ | (775) | (748) |
| Outras despesas | (11) | (65) |
| Total | (786) | (813) |

13. Resultado financeiro líquido

| Descrição | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|--------------|--------------|
| Receita financeira | 2.285 | 2.324 |
| Rendimento de aplicações financeiras | 416 | 1.776 |
| Juros sobre empréstimos pessoa jurídica | 1.784 | 83 |
| Outras | 85 | 465 |
| Despesa financeira | (3) | (1) |
| Multas pagas ou incorridas | (2) | (1) |
| Outras | (1) | (1) |
| Total | 2.282 | 2.322 |

14. Imposto de renda e contribuição social

Os saldos do imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, estão apresentados na tabela abaixo:

| Descrição | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---------------|--------------|--------------|
| IRPJ corrente | (156) | (428) |
| CSLL corrente | (63) | (165) |
| Total | (219) | (593) |

15. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Sociedade possuía os instrumentos financeiros listados a seguir:

Categoria dos instrumentos financeiros

| Instrumento financeiro | Classificação | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|-------------------------------|------------------|----------------|----------------|
| | | Valor contábil | Valor contábil |
| Caixa e equivalentes de caixa | Custo amortizado | 4 | 3 |
| Aplicação financeira | Custo amortizado | 46 | 14.328 |

A Administração é de opinião de que os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado nas datas de encerramento das demonstrações financeiras.

a) Risco de mercado

É o risco de alterações nos preços de mercado, como variação nas taxas de juros, em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e, ao mesmo tempo, aperfeiçoar o retorno.

b) Risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Sociedade a concentrações de risco de crédito consistem primariamente em bancos, aplicações financeiras e recebíveis de aluguel. A Sociedade mantém contas-correntes bancárias com instituições financeiras aprovadas pela Administração de acordo com os critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito e monitora o risco de crédito de seus dois únicos clientes.

c) Risco de liquidez

É o risco em que a Sociedade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Sociedade na administração de liquidez é a de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, sob condições normais e de estresse, reduzindo o risco de prejudicar a reputação da Sociedade.

d) Risco operacional

É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, de eventos externos, inadequação ou deficiência em contratos, descumprimento de dispositivos legais e indenização por danos a terceiros. A Sociedade, com o objetivo de evitar a ocorrência de prejuízos em decorrência desses fatores, criou procedimentos de controle que mitigam a existência do referido risco.

e) Análise de sensibilidade

Considerando os instrumentos financeiros mencionados anteriormente, a Sociedade desenvolveu uma análise de sensibilidade que requer que sejam apresentados mais dois cenários com redução/elevação de 25% e 50% da variável de risco considerada. Esses cenários poderão gerar impactos nos resultados e/ou nos fluxos de caixa futuros da Sociedade, conforme descrito a seguir:

- Cenário-base: manutenção nos níveis de juros nos mesmos níveis observados em 31 de dezembro de 2023
- Cenário adverso: redução/elevação de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2023
- Cenário remoto: redução/elevação de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2023.

Premissas

Como descrito anteriormente, a Sociedade entende que está exposta principalmente ao risco de variação do CDI para atualização de parte substancial das aplicações financeiras. Nesse sentido, a seguir estão demonstrados os índices e as taxas utilizados nos cálculos de análise de sensibilidade:

| Ativo | Índice | Valor | Cenário I provável | Cenário II possível | Cenário III remoto |
|----------------------|---------------|--------------|-------------------------------|--------------------------------|-------------------------------|
| Aplicação financeira | CDI | 46 | 5 | 4 | 3 |
| | | | Cenário I provável | Cenário II possível | Cenário III Remoto |
| Indicadores | | | | | |
| CDI | | | 11,65% | 8,74% | 5,83% |

O cenário-base apresentado pela Sociedade está composto pelos juros estimados para o período de 12 meses.

f) Instrumentos financeiros derivativos

A Sociedade não contratou operações com instrumentos financeiros derivativos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

16. Eventos subsequentes

A Administração julga não haver eventos subsequentes relevantes para divulgação.

Diretoria

Roberto Miranda de Lima
Diretor Presidente

Fabio Arbex Suzuki
Diretor

Fernando Lucas Correa da Silva
Contador CRC SP262012/O-1